

“Farei uma gestão democrática, participativa, humana e justa”



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Aracaju – SE, Ano 31, Edição 1646
27/10 a 2 de novembro de 2014



Rony Almeida: “Estimularemos para que os avanços continuem”

“Serei conciliador intransigente nessa passagem pela Procuradoria-Geral, assumindo uma firme atuação para auxiliar todos os membros no seu desempenho”, diz

Jozailto Lima
jozailto@cinform.com.br

■ Rápido, produtivo, democrático, dinâmico e pouco beligerante. Assim pode ser definido o processo sucessório pelo mando do **Ministério Público do Estado de Sergipe**, que escolheu na semana passada o procurador-geral para os próximos dois anos. Na linguagem deles, Procuradoria-geral corresponde à Presidência dessa instituição.

O escolhido foi o promotor de Justiça **José Rony Silva Almeida**, 47 anos, 24 de formação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e 22 como membro do MP/SE. A eleição foi na segunda-feira, ele foi o mais votado, com 100 votos, e encabeçou uma lista tríplice composta ainda por **Manoel Cabral Machado Neto**, com 85 votos e **Eduardo D’Ávila Fontes**, com 81, e na terça Jackson Barreto passou a caneta, nomeando-o.

Orlando Rochadel. Entre tantos pontos em comum, os dois têm o fato de serem promotores de Justiça e não procuradores - e são os primeiros a comandar essa instituição em Sergipe, Estado que até quatro anos atrás só permitia no MP o mando geral de procuradores de Justiça. Rony Almeida foi, nas duas gestões de Orlando, secretário-geral.

Tido como um dos promotores de Justiça mais operosos de Sergipe, ético, conciliador e moderado, Rony Almeida não tem dúvida do tipo de gestão que quer fazer nos próximos dois anos: "Democrática, participativa, respeitosa, humana e justa, como foram esses quatro anos da gestão que se encerra, cujo resultado pode ser comprovado pelo êxito das eleições", diz. Leia a entrevista com ele.

Cinform - O senhor é o segundo promotor de Justiça a assumir o comando-geral do Ministério Público num Estado que foi um

dos últimos a permitir que promotores fossem elevados à Procuradoria-Geral, em oposição à permissão só a procuradores. Qual o significado disso?

Rony Almeida - Significa um processo relevantíssimo de inclusão democrática, no qual uma ampla maioria de membros passou a poder concorrer ao cargo de procurador-geral de Justiça, desde que preenchidos os requisitos de 35 anos de idade e de dez anos na carreira. O quadro qualificado de membros permite concluir, sem o menor equívoco, que procuradores e promotores de Justiça estão habilitados para administrar o Ministério Público de Sergipe com eficiência e compromisso com suas finalidades constitucionais. Vejo a candidatura de promotor como uma razão para agregar ainda mais a classe dos membros do Ministério Público, que define, bienalmente, os projetos, prioridades e metas que a instituição deve assumir em prol da sociedade.

Cinform - A sua votação bem-posta, com 100 indicações, e a elevação de mais dois nomes ligados ao senhor à lista tríplice, sinaliza uma aprovação da gestão de Orlando Rochadel à frente da instituição?

RA - Sim. Vejo como uma aprovação significativa. A gestão superou as expectativas e afastou um ceticismo que ainda havia pelo ineditismo de uma administração conduzida por um promotor. Mais que isso: a leitura que faço é que a expressiva votação e a formação da lista tríplice neste ano representam a compreensão de que pode ser continuada uma gestão eficiente, participativa e que promove bons resultados, tanto para a classe, quanto, acima de tudo, para a sociedade. É óbvio que deverão ser realizados os ajustes necessários a fim de continuar os avanços experimentados. Tudo somente tem significado se pudermos colocar a estruturação e o aperfeiçoamento da instituição a serviço de uma atuação institucional eficiente e que atenda com presteza as demandas da população.

Cinform - O senhor achou a campanha para suceder a Rochadel mais leve do que a campanha

pela reeleição dele?

RA - Digo que todo processo eleitoral tem suas tensões. O

que posso afirmar é que fizemos uma campanha cujo cerne foi a apresentação de propostas para melhorar ainda mais o MP, focando a maioria das diretrizes no atendimento da atividade-fim. Ou seja, na melhoria da qualidade do serviço público prestado à população. Faço minhas as palavras de uma promotora de Justiça que, logo após o pleito, enviou uma mensagem dizendo que a nossa campanha foi honesta, humana e respeitosa. Essas também serão as diretrizes que manteremos no exercício da gestão. Reafirmo que a divergência no processo político se resume ao campo das ideias. Uma vez concluído o processo eleitoral, pretendo contar com todos os membros, pois somente com união e harmonia poderemos dar continuidade ao processo de transformação do MP, prestando um serviço satisfatório para sociedade, que espera muito de nós.

Cinform - O senhor se surpreendeu com sua nomeação 24 horas depois, por parte do governador Jackson Barreto, quando ele tinha 15 dias para fazê-lo?

RA - De modo algum. O governador, forjado nas lutas populares, se notabilizou por participar e ganhar diversas eleições justamente por ter a maioria dos votos. Esse é o significado maior da pala-

vra democracia. E ele é um democrata na essência. A classe, respeitadas sempre as prerrogativas do governador, sinalizou que pretendia ser administrada por aquele que obtivesse a maior votação. Mais ainda: os outros dois amigos que integraram a lista tríplice, publicamente, ratificaram o pedido de que a condução do MP/SE fosse feita pelo membro mais votado da classe. Nós três, durante toda a nossa trajetória dentro do MP, sempre defendemos a escolha do mais votado, de forma pública e inequívoca.